

Feministas contra o “livre” comércio

Na próxima semana (31), estará encerrado o prazo para que países signatários da Organização Mundial do Comércio (OMC), apresentem suas propostas/ofertas de serviços a serem negociadas, dentro de um processo que só será concluído na OMC em dezembro, em Hong Kong.

Em termos práticos, a apresentação de ofertas significa que, nos próximos meses, países ricos e de renda média estarão negociando uma maior abertura dos seus mercados, ou seja, diminuindo taxas e impostos para atrair mercados internacionais, às custas de ampliação da privatização de vários setores.

Pelas revelações do Governo Brasileiro sobre as negociações, parece evidente que o Brasil está consolidando no GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) o que a legislação interna já permite nos setores de turismo, mercados financeiros, entre outros. Por outro lado, também ficou demonstrado pelo Governo que a eleição de Pascal Lamy (França) para a presidência da OMC tem sido vista com preocupação, pela possibilidade de um maior protecionismo para os países mais ricos, “esmagando” países médios, como Índia e Brasil, já que os cem países mais pobres não teriam o que oferecer nos termos em que as negociações são realizadas.

O que assistimos de fato é o Brasil fortalecendo seu protagonismo nas regras do capitalismo, onde a OMC é instrumento da globalização neoliberal, que desmonta o bem público, afetando a qualidade de vida das pessoas.

Reforma Política com inclusão das mulheres

A Reforma Política está em pauta no Congresso Nacional e este é o momento de propor uma reforma democrática, que incorpore segmentos historicamente excluídos da representação política, como as mulheres, toda a população afro-descendente, povos indígenas e jovens. Com esta perspectiva, será realizada em Brasília e transmitida simultaneamente para todos os estados, no próximo dia 07, a III videoconferência do Ciclo “Lugar de Mulher é na Política”.

O evento será promovido pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Bancada Feminina do Congresso Nacional, Interlégis e Articulação Por uma Reforma Política Ampla e Democrática. Apóia a iniciativa a Fundação Friedrich Ebert/ILDES.

Participam da programação, a partir dos estados, representantes da AMB, do Projeto Mulher e Democracia – Nordeste, da Articulação de Nacional de Mulheres Negras e do Movimento Pró-Reforma Política com Participação Popular (esta a confirmar), além de parlamentares estaduais e municipais. Militantes do movimento de mulheres e de outros movimentos são convidadas/os a participar deste espaço de debate sobre a Reforma.

Todas as Assembléias Estaduais poderão estar conectadas ao Sistema Interlégis e participar da Videoconferência. Mais informações: CFEMEA (imprensa@cfemea.org.br), fone (61) 224-1791.

(Veja a íntegra desta nota na seção CONtextos).

Aborto - Diálogos Estratégicos

Nos próximos dias 10 e 11 de junho, o Grupo Transas do Corpo, a Rede Feminista de Saúde e o Grupo de Trabalho Hilda Hilst de Direitos Sexuais promovem, em Goiânia, o Seminário “Direitos Sexuais: construindo reflexões e diálogos”. Dentro da programação, será realizada a mesa temática: “Reflexões e desafios na luta por direitos sexuais: maternidade voluntária, modelos de família e impactos do feminismo nas sexualidades”, com exposições de *Eliane Gonçalves*, do Grupo Transas do Corpo, *Gilberta Soares*, do Cunchã Coletivo Feminista, e de *Luiz Mello*, da Universidade Federal de Goiás.

A segunda mesa temática focará “Movimentos de emancipação: diferenças e aproximações na luta por direitos”, da qual participam como expositoras: *Beth Fernandes*, do Grupo Astral; *Beto Jesus*, da International Lesbian and Gays Association; *Cláudia Bonan*, da Rede Feminista de Saúde; *Cláudio Pedrosa*, da Rede de Homens pela Equidade de Gênero; *Marylúcia Mesquita*, da Liga Brasileira de Lésbicas (Regional Nordeste). Lenise Santana (Transas do Corpo) coordenará a primeira mesa e Neusa Cardoso de Melo (Rede Feminista de Saúde) a segunda.

Informações: (62) 3095-2301; inscrições (entre 23 de maio e 3 de junho): www.transasdocorpo.org.br

Feminismo e Universidade na América Latina

Será realizado de 06 a 09 de dezembro deste ano o I Seminário Internacional "Enfoques Feministas e o Século XXI – feminismo e universidade na América Latina". Paralelamente ao evento, acontecem várias atividades, entre as quais: o V Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – Redefem, e o XII Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero – Redor.

O objetivo do seminário é reunir pesquisadoras/es, estudantes, especialistas, profissionais, integrantes dos diversos núcleos, centros e programas universitários de estudos feministas da América Latina e Caribe, articulando, assim, um espaço para a troca de experiências nacionais e internacionais, que levem a reflexões sobre as conquistas, tensões e perspectivas do feminismo acadêmico e sua contribuição para o avanço das lutas das mulheres.

O seminário será realizado através de mesas redondas em torno da temática específica do evento, além de sessões científicas (grupos temáticos), para a apresentação de trabalhos, que poderão tratar de questões diversas no campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero.

Informações e inscrições: neim@ufba.br, redor@ufba.br ou pelo fone: (071) 3237-8239.

CONtextos

Pela proximidade da realização de audiências públicas sobre o Projeto de Lei nº 4559/04, inserimos reflexão feminista sobre a problemática da violência contra a mulher, a partir de artigo de Ximena Machicao Barbery, coordenadora da Repem (Red de Educación Popular entre Mujeres). O PL nº 4559 recebeu várias críticas do movimento de mulheres porque mantém os Juizados Especiais Criminais nos casos de violência contra a mulher. Esse e outros aspectos do Projeto estarão em debate a partir do próximo dia 01 de junho, quando começa a série de audiências programadas em Assembléias Legislativas de diversos estados.

No segundo anexo, incluímos questões da reforma política para as quais devemos estar atentas, sobretudo garantindo nossa visão crítica no debate que será realizado através da vídeo-conferência, no próximo dia 07 (nota nesta edição). As questões foram extraídas de conteúdo divulgado pelo Projeto Mulher e Democracia.

Articulando Eletronicamente Ano IV Nº 120 Coordenação Editorial desta edição: Carla Batista (Sec. Exec AMB) e Paula de Andrade (sec. comunicação). Apoio: Fundação Ford amb@soscorpo.org.br

Aborto

Revisão da legislação punitiva

No último dia 24, representantes das Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro participaram do painel *Revisão da Legislação Punitiva que trata da Interrupção Voluntária da Gravidez*, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), Unifem e UNFPA.

Também integrante das Jornadas, Maria José Rosado (Católicas pelo Direito de Decidir), foi uma das expositoras, com o tema "Pensando eticamente a maternidade e o aborto". As/os demais expositores demonstraram que são a favor da descriminalização e focaram dados que demonstram impactos positivos em países que descriminalizaram o aborto (Dr. Jefferson Drezett /Serviço de Atenção a Mulheres em Situação de Violência - Hospital Pérola Byington); além de apresentarem o aborto e o descompasso do legislador (Juiz Joaquim Domingos de Almeida, IX Juizado Especial Criminal/RJ).

Destaque para a desembargadora Maria Berenice Dias, Tribunal de Justiça/RS, que abordou "A inconstitucionalidade da criminalização do aborto".

Também estiveram presentes no painel pelas Jornadas: Elizabeth Saar, Sílvia Dantas, Schuma Schumaker, Carla Batista, Gilberta Soares, Angela Freitas, Isabel Baltar, Tania Lago, Miriam Ventura, Lia Zanotta, Fabiana Paranhos e Leila Adesse.

De acordo com Gilberta, apesar da cobertura da imprensa, o debate foi fechado, destinado a subsidiar o trabalho da Comissão Tripartite que tem por objetivo revisar a legislação punitiva sobre aborto. Na ocasião, a ministra da SPM, Nilcéa Freire, solicitou à sociedade civil que promovesse, cada vez mais, a ampliação do debate, declarando que aguarda convites para discutir o tema nos estados.

Anencefalia

A Comissão de Seguridade e Família da Câmara de Deputadas/os aprovou (dia 18) o Projeto de Lei 4403/04, da deputada federal Jandira Feghali, que garante às mulheres o direito de interrupção da gravidez em caso de anencefalia.

Para a deputada, "deve-se dar a opção para que cada mulher possa decidir se terá ou não condições físicas e psicológicas para levar a termo a gravidez. Tal opção poderá significar, para muitas, condições psicológicas mais adequadas a uma nova tentativa".

O PL ainda será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e para votação, no Plenário da Câmara.